

## CENTRO DE INSTRUCAO ALMIRANTE GRACA ARANHA

## Termo de Referência 62/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
62/2026	752100-CENTRO DE INSTRUCAO ALMIRANTE GRACA ARANHA	FRANCIANO BARBOSA GOMES	09/06/2026 14:47 (v 0.17)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	20/2026	63094.001467/2026-32

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais consumíveis destinados às aulas práticas do Departamento de Ensino de Máquinas do CIAGA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Querosene Uso: Limpeza, Desengraxante, Solvente , Tipo: Hidrocarboneto, Cn H2n+2	601033	LT	10	R\$ 16,61	R\$ 166,10
2	Bateria Não Recarregável Aplicação: Elétrica , Sistema Eletroquímico: Alcalina , Tensão Nominal: 9V -Formato retangular -Livre de mercúrio	368173	UN	30	R\$ 11,00	R\$ 330,00
3	Tubo Isolante Material: Poliolefinas , Tipo: Kit Com 164 Peças De Espaguete , Classe Temperatura: 125 , Características Adicionais: : Espaguete Isolante Termo Retrátil Colorido  -60 peças x 1,0 x 40mm (amarelo, preto, vermelho, verde)  - 30 peças x 2,0 x 40mm (amarelo, preto, vermelho, azul)  - 16 peças x 3,0 x 40mm (amarelo, preto, vermelho, verde)  - 16 peças x 4,0 x 40mm (amarelo, preto, vermelho, azul)  - 16 peças x 6,0 x 40mm (amarelo, preto, vermelho, verde)	614607	UN	02	R\$ 98,69	R\$ 197,38

	- 10 peças x 8,0 x 40mm (amarelo, preto, vermelho, azul) - 8 peças x 10,0 x 80mm (amarelo, preto, vermelho, verde) - 8 peças x 14,0 x 80mm (amarelo, preto, vermelho, azul)					
4	Limpador Contato Elétrico/Eletrônico Aplicação: Limpeza Componentes Elétricos , Apresentação: Spray 300ml	614808	UN	60	R\$ 14,83	R\$ 889,80
5	Eletrodo Solda Material Indicado: Aço Baixo E Médio Teor Carbono , Forma: Vareta , Diâmetro: 3,25 MM, Comprimento: 350 MM, Normas Técnicas: Aws E 6013 Resistência à Tração: 480 - 520 MPa Alongamento: 22 - 24% Tipo de Corrente: CA > 50V Corrente Contínua (CC+ ou CC-): Eletrodo Positivo ou Negativo (polaridade inversa da peça) Composição Química (%): C 0,07 / Si 0,20 / Mn 0,30  Corrente: 85-160 A  Atender às normas AWS A5.1 / ASME SFA A5.1 ou ISO 2560-A equivalentes.	396594	KG	300	R\$ 29,00	R\$ 8.700,00
6	Eletrodo Solda Material Indicado: Aço Baixo E Médio Teor Carbono , Forma: Vareta , Diâmetro: 3,25 MM, Comprimento: 350 MM, Normas Técnicas: Aws E 7018  Resistência mínima à tração do metal depositado: $\geq 490$ MPa;  Alongamento mínimo: $\geq 22$ %; Energia de impacto mínima (Charpy V-notch): $\geq 100$ J a $-30$ °C;  Composição química típica do metal depositado: <ul style="list-style-type: none"> <li>• C <math>\leq 0,06</math> %</li> <li>• Mn <math>\approx 1,2</math> %</li> <li>• Si <math>\approx 0,4</math> %;</li> </ul>	396595	KG	150	R\$ 19,28	R\$ 2.892,00
7	Gás Comprimido Nome: Acetileno , Aspecto Físico: Incolor, Odor De Alho, Inflamável , Fórmula Química: C2h2 , Massa Molecular: 26,04 G/MOL, Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99,8% , Número De Referência Química: Cas 74-86-2  (Recarga de Cilindro)	456087	KG	250	R\$ 133,00	R\$ 33.250,00

8	Gás Comprimido Nome: Oxigênio , Aspecto Físico: Incolor, Inodoro , Fórmula Química: O2 , Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99,5%  (Oxigênio Industrial)  (Recarga de Cilindro)	483539	M3	350	69,70	R\$ 24.395,00
9	Mistura Gasosa Aplicação: Laboratorial , Composição: Argônio + Dióxido De Carbono , Apresentação: Cilindro De 10m³ , Concentração: : 85% A 95% + 5% A 15%  (Recarga de Cilindro)	607629	M3	80	R\$ 112,00	R\$ 8.960,00
10	Chapa Aço Material: Aço Carbono , Espessura: 1,2 MM, Comprimento: 3000MM , Largura: 1200MM, Características Adicionais: Decapado Laminado A Frio  (Chapa 18)  (Sem banho de Zinco)	473677	UN	10	R\$ 728,00	R\$ 7.280,00
11	Arco Serra Lâmina Serra: Standard 12 Polegadas , Material Cabo: Polipropileno , Tratamento Superficial: Niquelado , Tamanho: 12 POL, Tipo: Regulável , Características Adicionais: Profundidade De Corte De 90 Mm + Lâmina de serra manual 12" (300mm) 32dpp	311040	UN	60	R\$ 54,82	R\$ 3.289,20
12	Vassourinha Material Cerdas: Piaçava , Material Cabo: Madeira , Formato Corpo: Cilíndrico  Tipo: vassoura manual para limpeza de pia e superfícies pequenas;  Material das cerdas: piaçava natural;  Material do corpo/base: madeira ou plástico resistente;  Fixação das cerdas: grampos metálicos galvanizados ou sistema equivalente;  Comprimento total aproximado: 18 a 25 cm;  Altura das cerdas: 5 a 8 cm;  Largura da base: 3 a 6 cm;	232390	UN	60	R\$ 11,00	R\$ 660,00
13	Trincha Material Cabo: Plástico , Material Cerdas: Sintética , Tamanho: 2 1/2 POL	467558	UN	40	R\$ 5,21	R\$ 208,40
14	Rebolo Abrasivo Tipo: Reto , Diâmetro Externo: 6 POL, Diâmetro Furo: 3/4 POL, Material Abrasivo: Oxido De Alumínio Al2o3 (Branco) , Tamanho Grão: 60 , Espessura: 1 1/4 PO	620338	UN	08	R\$ 53,58	R\$ 428,64

15	<p>Estopa Material: Algodão , Características Adicionais: Costurado</p> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ABSORVE ÓLEO, GRAXA E NÃO SOLTA FIAPO!</li> <li>- Tamanho aproximado: 20x20cm</li> </ul> <p>-Composição: Retalhos de tecido de malha, predominantemente algodão ou tecido misto.</p> <p>-Processo de fabricação: Retalhos de tecido reciclado costurados ou agrupados, formando panos de limpeza.</p> <p>-Cor: Variada (cores sortidas), sem padrão definido.</p> <p>-Textura: Macia, com boa capacidade de absorção.</p> <p>-Acabamento: Retalhos cortados e costurados, sem necessidade de padronização de formato.</p>	604890	KG	200	R\$ 17,99	R\$ 3.598,00
16	<p>Tubo Cobre Tipo: Redondo , Aplicação: Ar Condicionado , Comprimento: 15 M, Diâmetro: 3/8 PO (Panqueca de 15m)</p>	624389	UN	10	R\$ 484,90	R\$ 4.849,00
17	<p>Luva Segurança Material: Raspa De Couro , Tamanho: Punho 20cm , Aplicação: Soldador , Características Adicionais: Costurado Com Fio Kevlar</p>	613245	UN	60	R\$ 16,54	R\$ 992,40
18	<p>Luva De Proteção Material: 100% Algodão , Aplicação: Uso Geral , Tamanho: Variados, Cor: Branca Palma: Antiderrapante , Características Adicionais: Antiderrapante (Grip De Bolinhas) , Tipo Uso: Reutilizável</p>	618824	PAR	1000	R\$ 3,49	R\$ 3.490,00
19	<p>Solda Estanho Aspecto Físico: Fio Sólido , Formato: Carretel , Teor Estanho: 60 % , Característica Adicionais: 40% Chumbo, Trifluxo , Diâmetro: 0,50 MM 125g</p>	361478	UN	02	R\$ 128,54	R\$ 257,08
20	<p>Óculos Proteção Material Armação: Policarbonato , Material Proteção: Policarbonato , Tipo Lente: Com Curva Lateral , Cor Lente: Incolor , Aplicação: Proteção Geral , Material Lente: Policarbonato , Cor Armação: Preta , Características Adicionais: Filtro De 99,9% Da Radiação Uva E Uvb</p> <p>-EPI aprovado para a resistência a alto impacto, devendo apresentar a marcação "+" segundo a norma técnica ANSI/ISEA Z87.</p> <p>-Indicado para proteção dos olhos do usuário contra impactos de partículas volantes.</p>	618293	UN	1000	R\$ 4,04	R\$ 4.040,00

	<p>-Hastes reguláveis com ajuste deslizante para conforto prolongado.</p> <p>-Dimensões do produto: 160 x 60 x 55 mm; 0,03 g</p>					
21	<p>Vareta Solda Material: Liga Especial Com Banho De Prata</p> <p>FOSCOOPER</p> <p>-Tipo: Vareta de solda liga cobre-fósforo (Foscoper)</p> <p>Aplicação: soldagem de tubulações e peças de cobre</p> <p>Composição aproximada:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cobre (Cu)</li> <li>• Fósforo (P)</li> <li>• Forma: vareta rígida</li> <li>• Comprimento aproximado: 500 mm</li> <li>• Diâmetro: 1,5 mm</li> </ul> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Boa fluidez durante a soldagem</li> <li>• Alta resistência mecânica</li> <li>• Boa aderência em cobre</li> <li>• Não necessita fluxo adicional em soldagem cobre-cobre</li> <li>• Acabamento: superfície limpa, sem oxidação excessiva</li> <li>• Produto novo, sem deformações ou defeitos</li> </ul>	605382	KG	20	R\$ 239,00	R\$ 4.780,00
22	<p>Arame Solda Material Indicado: Aço Carbono , Processo Soldagem: Mig/Mag , Diâmetro: 0.80 MM, Características Adicionais: Aws A5.18/79, Classe Er-70s-6</p> <p>-Tipo de produto: Arame sólido cobreado para soldagem MIG/MAG com gás de proteção.</p> <p>-Material base: Aço carbono.</p> <p>-Diâmetro do arame: 0,80 mm.</p> <p>-Norma técnica: Conforme norma AWS A5.18 ou equivalente.</p> <p>-Processo de soldagem: MIG/MAG com proteção gasosa</p>	416542	BOBINA	04	R\$ 306,73	R\$ 1.226,92

	<p>-Massa líquida do rolo: 15 kg.</p> <p>-Tipo de carretel: Carretel plástico.</p> <p>-Sistema de adaptação: Não necessita núcleo adaptador.</p> <p>-Tipo de enrolamento: Camada sobre camada (capa sobre capa), garantindo alimentação contínua e uniforme do arame.</p> <p>-Acabamento superficial: Cobreado, proporcionando melhor condução elétrica e estabilidade do arco.</p> <p>-Compatibilidade: Compatível com máquinas de solda MIG/MAG que utilizem arame de 0,8 mm em carretéis de aproximadamente 15 kg.</p>					
23	<p>Barra Chata Material: Aço 1020, Formato Seção: Chato , Comprimento: 6 M, Largura: 2 1/2 POL, Espessura: 3/8 PO</p>	624075	UN	50	R\$ 487,45	R\$ 24.372,50
24	<p>Desengraxante Aspecto Físico: Líquido , Aplicação: Remoção De Óleos E Graxa De Teares</p> <p>Tipo de produto: Desengraxante alcalino concentrado.</p> <p>Finalidade: Remoção de graxa, óleo, resíduos de combustíveis, sujeiras impregnadas e contaminantes industriais.</p> <p>Estado físico: Líquido.</p> <p>Solubilidade: Totalmente solúvel em água.</p> <p>Modo de uso: Produto concentrado, permitindo diluição em água conforme o grau de sujeira da superfície a ser limpa.</p> <p>Aplicação: Pode ser aplicado por pulverização, escovação, imersão ou lavagem sob pressão.</p> <p>Compatibilidade: Adequado para limpeza de peças metálicas, motores, chassis, equipamentos industriais, pisos de oficinas e áreas de manutenção.</p> <p>Embalagem: Fornecido em recipiente plástico resistente, devidamente lacrado e identificado pelo fabricante.</p>	606949	LT	50	R\$ 23,99	R\$ 1.199,50
25	<p>Máscara Soldador Tipo: Fotosensível</p> <p>-Área de visão: 92x42mm</p> <p>-Dimensões do filtro: 110x90x9mm</p> <p>-Estágio Claro: DIN 4</p> <p>-Estágio Escuro: DIN 9 a 13 (ajustável)</p> <p>-Proteção do filtro: DIN 16</p>	613684	UN	120	R\$ 110,10	R\$ 13.212,00

	<p>-Tempo de resposta: 1/25000seg</p> <p>-Tempo de retorno à claridade: regulável de 0,1 a 1,0 seg</p> <p>-Dois sensores de luz independentes</p> <p>-Indicador de bateria fraca</p> <p>-Temperatura de operação: -5°C a 55°C</p>					
26	<p>Avental De Soldador Material: Raspa De Couro , Comprimento: 1,20 M, Largura: 0,70 M, Características Adicionais:</p> <p>Tipo: Avental de proteção com mangas tipo barbeiro, indicado para atividades de soldagem.</p> <p>Confeccionado em: Vaqueta de couro bovino curtido ao cromo.</p> <p>Costura: Realizada com fio 100% algodão ou fio de aramida, de alta resistência.</p> <p>Fixação e ajuste:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elásticos de ajuste nas costas;</li> <li>• Elásticos de ajuste no cano das mangas.</li> </ul> <p>Componentes metálicos: Possuir fivelas e arrebites metálicos para reforço e ajuste.</p>	440995	UN	120	R\$ 114,50	R\$ 13.740,00
27	<p>Gás Refrigeração Tipo: 134a</p> <p>Tipo de produto: Gás refrigerante R-134a (1,1,1,2-Tetrafluoroetano).</p> <p>Apresentação: Cilindro descartável ou retornável</p> <p>Pureza mínima: ≥ 99,9% (sem aditivos ou contaminantes).</p> <p>Pressão de vapor: Conforme tabela técnica do R-134a para 25°C (aprox. 6,8 bar).</p> <p>Compatibilidade: Para sistemas de refrigeração e ar-condicionado automotivo e industrial compatíveis com R-134a.</p> <p>Cilindro: Aço ou alumínio, com capacidade nominal de 13,6 kg</p> <p>Válvula e dispositivo de segurança: Cilindro equipado com válvula de enchimento, saída controlada e dispositivo de segurança conforme normas aplicáveis.</p> <p>Normas de referência:</p> <p>ISO 817 – Classificação de refrigerantes</p>	463677	BJ	04	R\$ 890,00	R\$ 3.560,00

	<p>ABNT NBR 15596 – Transporte, armazenamento e manuseio de gases refrigerantes</p> <p>Certificação de conformidade do fabricante.</p> <p>Condição: Produto novo, lacrado e sem uso</p>					
28	<p>Gás Refrigeração Tipo: R 22 ,</p> <p>Composição: Clorodifluorometano (CHClF)</p> <p>Pureza mínima: 99,8%</p> <p>Apresentação: Cilindro descartável ou retornável</p> <p>Peso líquido por cilindro: 13,6 kg</p> <p>Estado físico: Gás liquefeito sob pressão</p> <p>Normas: Atender às normas técnicas e ambientais vigentes</p> <p>Condição: Produto novo, lacrado e sem uso</p>	463709	BJ	04	R\$ 885,60	R\$ 3.542,40
29	<p>Tarugo De Aço Material: Aço Sae 1020</p> <p><b>Tarugo Redondo 2 Pol (50,80mm) X</b></p> <p><b>1 Metro</b></p>	325033	UN	100	R\$ 357,20	R\$ 35.720,00
30	Broca Material: Aço Rápido , Diâmetro: 8 MM, Tipo Haste: Cilíndrica ,	485114	UN	60	R\$ 5,00	R\$ 300,00
31	Broca Material: Aço Rápido , Diâmetro: 9 MM, Tipo Haste: Cilíndrica , Comprimento: 120 M	454300	UN	60	R\$ 4,77	R\$ 286,20
32	Broca Material: Aço Rápido , Diâmetro: 10 MM, Tipo Haste: Cilíndrica , Comprimento: 168 MM	484716	UN	60	R\$ 11,97	R\$ 718,20
33	<p>Kit Flangeador E Alargador De Tubos</p> <p>Itens inclusos: Morsa de Medidas 1/2" - 5/8" - 3/4"</p> <p>-Morsa de Medidas 1/8" - 3/16" - 1/4" - 5/16" - 3/8" - 7/16" Flangeador com</p> <p>-Ponta de Acoplamento tipo Rosca para</p> <p>-Peças/ Acessórios Ponta para Flange de 3/16" até 3/4"</p> <p>-Ponta para Alargamento 3/16" - 1/4" - 3/8"</p> <p>-Ponta para Alargamento 5/16"</p> <p>-Ponta para Alargamento 1/2"</p> <p>-Ponta para Alargamento 5/8"</p> <p>-Ponta para Alargamento 3/4"</p>	345658	CJ	10	R\$ 221,91	R\$ 2.219,10



	-Maleta Plástica com Separador de Ferramentas Cortador de tubos Chave catraca 3/8 ; 1/4 ;3/16 e 5/16  (Maleta com o conjunto)					
34	Protetor Auricular Tipo Concha: Plugue , Material: Silicone , Material Haste: Poliéster , Características Adicionais: No Formato Cônico, 3 Flanges  (lado esquerdo e direito em cada item)	616645	UN	1000	R\$ 1,32	R\$ 1.320,00
35	Desengripante Apresentação: Spray 300ml , Finalidade: Eliminar Ferrugem / Repelir Umidade / Lubrificar , Aplicação: Lubrificante E Anticorrosivo	261317	UN	60	R\$ 9,94	R\$ 596,40
36	Pano Limpeza Material: 100% Algodão, Comprimento: 40 CM, Largura: 40 CM, Características Adicionais: Com Alto Poder De Absorção. , Aplicação: Limpeza Pesada	608446	UN	200	R\$ 2,85	R\$ 570,00
37	Vareta Solda Material: Prata, Diâmetro: 1,6 MM, Comprimento: 500 M  <b>Varetas Solda Prata 30%</b>  Composição: AG: 30,00   ZN: 32,00   CU: Rest;	449958	UN	50	R\$ 31,94	R\$ 1.597,00
38	Rebolo Abrasivo Tipo: Reto, Diâmetro Externo: 152,40  Grão: C 120  Espessura do rebolo: 19,0 mm  Dureza do rebolo: K  Diâmetro do furo do rebolo: 31,75 mm Tipo de grão abrasivo: Carbetto de silício	288991	UN	03	R\$ 163,00	R\$ 489,00
39	Óleo Refrigerante Composição: Semi Sintético,Agentes Emulsionantes E De Lubrifi- , Aspecto Físico: Líquido Branco Leitoso , Solubilidade: 100% Em Água , Corrosividade: Nula , Aplicação: Corte De Metais Em Máquinas Operatrizes (Recipiente de 5L)	446760	UN	20	R\$ 75,55	R\$ 1.511,00
40	Pastilha Metálica Referência: TNMG 160404 , Aplicação: Usinagem , Características Adicionais: Dura E Intercambiável , Material: Metal Duro  Material indicado: Aço carbono, aço inoxidável  Aplicação: Torneamento de acabamento e semi-acabamento	464809	CX	10	R\$ 437,50	R\$ 4.375,00

	Fixação: Furo central padrão ISO Embalagem: Caixa plástica segura para transporte  (caixa com 10un)					
41	Lixa Material: Óxido Alumínio , Tipo Grão: 120 , Aplicação: Metal  <b>medida: 225x275mm</b>	481009	FL	500	R\$ 3,00	R\$ 1.500,00
Total						R\$ 225.708,22

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, não implicando obrigação de contratação por parte da Administração, ficando a aquisição condicionada à efetiva necessidade e disponibilidade orçamentária.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, vedada sua prorrogação, nos termos da legislação vigente.

1.5. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

1.6. Em caso de divergência entre a descrição dos itens no Termo de Referência e a descrição dos mesmos no Sistema Compras.Gov, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

1.7. O instrumento contratual ou outro instrumento hábil que o substitua disciplinará, quando cabível, as condições específicas de execução, fornecimento, pagamento e demais obrigações decorrentes da contratação.

1.8. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de aquisições frequentes e parceladas dos materiais de consumo, bem como pela impossibilidade de definir previamente o quantitativo exato a ser demandado ao longo do período de vigência da Ata, nos termos do Decreto nº 11.462/2023.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação faz-se necessária para este Centro de Instrução em razão da necessidade de aquisição de materiais de consumo indispensáveis à realização das aulas práticas ministradas nos laboratórios e oficinas do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA).

Os referidos materiais são utilizados diretamente pelos alunos durante as atividades práticas de ensino e treinamento, possibilitando a execução de montagens, experimentos, testes e demais procedimentos previstos no planejamento pedagógico dos cursos ministrados nesta Organização Militar. A inexistência ou insuficiência desses insumos comprometeria o adequado desenvolvimento das atividades práticas, prejudicando o processo de ensino, aprendizagem e a formação técnica dos alunos.

Dessa forma, a aquisição dos materiais de consumo mostra-se imprescindível para garantir a continuidade e a qualidade das aulas práticas, assegurando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades de instrução, bem como o pleno atendimento das demandas educacionais deste Centro de Instrução.

2.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da necessidade de aquisições futuras, parceladas e eventuais dos materiais consumíveis utilizados nas atividades práticas do Departamento de Ensino de Máquinas, considerando a variação da demanda ao longo do período letivo, a impossibilidade de definição precisa do quantitativo a ser consumido imediatamente e a necessidade de manutenção contínua das atividades de ensino prático.

2.3. O objeto da contratação encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo envolve que a aquisição de materiais para os laboratórios do Departamento de Ensino de Máquinas encontram-se pormenorizadas em tópico específico no Estudo Técnico preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis :

4.1.1. Redução da geração de resíduos, com descarte ambientalmente adequado de materiais, peças ou componentes substituídos;

4.1.2. Os materiais de consumo a serem fornecidos deverão priorizar a redução da geração de resíduos, contemplando, sempre que possível, embalagens recicláveis ou reutilizáveis, bem como possibilitar descarte ambientalmente adequado após o uso.

4.1.3. Deverá ser dada preferência a insumos que possuam certificações ambientais reconhecidas, ou que sejam produzidos com matérias-primas recicladas, recicláveis ou de menor impacto ambiental, desde que atendam às especificações técnicas exigidas para as atividades práticas.

4.1.4. Os materiais deverão, sempre que aplicável, possibilitar uso eficiente de recursos naturais, contribuindo para a redução de desperdícios durante as atividades nos laboratórios.

4.1.5. No caso de insumos que envolvam consumo energético ou uso de equipamentos auxiliares (como consumíveis associados a máquinas), deverá ser observada a eficiência energética e a compatibilidade com equipamentos que atendam às normas vigentes.

4.1.6. A contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais durante o fornecimento, incluindo logística adequada, redução de embalagens excessivas e orientação quanto ao descarte correto dos materiais utilizados nas atividades práticas.

##### 4.2. Conformidade Ambiental

4.2.1. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e da Resolução CONAMA nº 267, de 14/09/2000, é vedada a oferta de produtos ou insumos que contenham ou façam uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDO), conforme estabelecido no Protocolo de Montreal.

4.2.2. Também é vedada a utilização, durante o fornecimento ou eventual apoio técnico, de quaisquer substâncias enquadradas como SDO, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

##### 4.3. Requisitos Técnicos Gerais

4.3.1. Os materiais de consumo deverão ser novos, de primeiro uso, e atender às especificações técnicas compatíveis com as atividades práticas de ensino nas áreas de soldagem, usinagem, elétrica, eletrônica e automação.

4.3.2. Os produtos deverão apresentar qualidade adequada ao uso educacional e técnico, garantindo segurança, desempenho e durabilidade mínima necessária para as práticas laboratoriais.

4.3.3. Quando aplicável, os materiais deverão atender às normas técnicas brasileiras vigentes (ABNT, INMETRO ou equivalentes), especialmente no que se refere à segurança elétrica, mecânica e operacional.

4.3.4. Os insumos deverão ser compatíveis com os equipamentos já existentes na instituição, evitando a necessidade de adaptações ou riscos operacionais.

4.3.5. A contratada deverá fornecer, quando aplicável, fichas de segurança (FISPQ), manuais ou orientações técnicas para o uso seguro dos materiais, especialmente para produtos químicos, consumíveis de soldagem e itens com risco potencial.

4.3.6. Os materiais deverão ser entregues em condições adequadas de armazenamento e transporte, preservando sua integridade, qualidade e segurança de uso.

##### Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

##### Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.6. Na presente contratação não haverá indicação de marcas.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O início da execução do objeto ocorrerá em até 15 (quinze) dias após a emissão da Nota de Empenho.

5.2. A entrega será realizada no Laboratório de Torno e Solda do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), situado na Avenida Brasil, nº 9020, Olaria, Rio de Janeiro/RJ.

5.3. A execução das entregas ocorrerá em horário a ser previamente acordado com a Administração, preferencialmente em dias úteis, dentro do expediente administrativo, de modo a não prejudicar o funcionamento regular das atividades do Centro de Instrução.

5.4. O prazo para entrega dos materiais será de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente.

5.5. Os materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso e possuir garantia contra defeitos de fabricação, observadas as condições normalmente praticadas pelo fabricante.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### **Fiscalização**

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Multa moratória, para as infrações descritas no item “d”, no percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento) do respectivo valor.

7.2.4.2. Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor total do contrato, limitada ao máximo de 2% (dois por cento), pelo descumprimento do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a extinguir o contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Multa compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, no percentual de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, conforme a gravidade da infração.

7.2.4.4. Multa compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Multa compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, no percentual de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Multa compensatória, aplicada em substituição à multa moratória, para a infração descrita na alínea “d”, no percentual de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando o atraso causar prejuízo relevante à Administração.

7.2.4.7. Multa compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, no percentual de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as hipóteses de inexecução parcial a seguir especificadas.

7.2.4.7.1. Poderão ser enquadradas como inexecução parcial, sujeitas a penalidade diversa, falhas pontuais na execução que não comprometam o resultado final do objeto, tais como:

- a) atraso pontual e justificado na entrega de parte do objeto;
- b) fornecimento de equipamento em desconformidade sanável;
- c) descumprimento de obrigação acessória sem impacto direto na funcionalidade do objeto.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de Crédito**

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **Reajuste**

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 17/03/2026.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Especial), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 6º, inciso XLI, do art. 28, inciso I, do art. 36 e do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 1º do Decreto nº 11.462 /2023, adotando-se como critério de julgamento o menor preço por item.

## **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento será parcelado, conforme necessidade da Administração, mediante emissão de Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente.

## **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo.
- 9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.31.O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.32. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 225.708,22 (duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e oito reais e vinte e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 00001/752100
- II) Fonte de recursos: 1050000077
- III) Programa de trabalho: 237121
- IV) Elemento de despesa: 339039
- v) Plano interno: L40201QZ1RL

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

### ANEXO I

#### Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Formalização da contratação por meio de Nota de Empenho e/ou instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, aplicável às contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

### 1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato - Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. A Nota de Empenho e/ou instrumento equivalente substitui o termo de contrato, aplicando-se à contratação as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Ata de Registro de Preços, do Edital, do Termo de Referência e respectivos anexos;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência da contratação decorrente da emissão da Nota de Empenho e/ou instrumento equivalente perdurará até o cumprimento integral das obrigações assumidas pelas partes, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

## 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto com a embalagem sem violação.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
  - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na entrega do material.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;
- 4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;
- 4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.8. A contratação será extinta após o cumprimento integral das obrigações das partes, com o recebimento definitivo do objeto e a quitação das obrigações financeiras correspondentes, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. Eventuais alterações necessárias à contratação deverão observar as disposições da Lei nº 14.133/2021 e os procedimentos administrativos aplicáveis às contratações formalizadas por Nota de Empenho e/ou instrumento equivalente.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual e que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme o art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

# 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

## ANEXO II

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

# 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ARTHUR VICTOR LOURENCO DA SILVA**

Equipe de apoio

**ALEXANDRE DE MACEDO MARQUES**

Equipe de apoio

**RONALDO BASTOS PARAQUETT**

Autoridade competente